

Métodos de leitura diacrónicos

Introdução

Dada precisão de tempo e a complexidade do tema com que nos deparamos opto por entrar de imediato no assunto (Métodos de leitura diacrónicos), ainda que reconheça poder existir um certo risco de confrontá-los com uma linguagem talvez mais estranha que difícil. Gostaria de dedicar algum tempo a questões de ordem propedêutica e introdutória, porém gostaria de sensibilizá-los para o debate actual, igualmente rico e desafiador.

Os métodos de leitura diacrónicos constituem um campo de estudo que, juntamente com outros (sincrónicos), visam ajudar a ler um texto correctamente. Com estes métodos, todos os esforços são concentrados numa leitura crítica dos textos, competente, controlada, capaz de evitar apreciações subjectivas e inexactas. Tal como a palavra grega *diakronia* o indica, os métodos diacrónicos mostram-se particularmente atentos à evolução dos textos ou das tradições através do tempo. Eles permitem um verdadeiro trabalho de arqueologia da literatura antiga, que tenta identificar a constituição dos textos antigos, a forma específica que os diferentes autores bíblicos tiveram de se expressar por escrito, as tradições subjacentes e o trabalho do redactor-autor final.

Os passos extraordinários que estes métodos representaram numa compreensão mais exacta dos textos bíblicos justificam, por si, que lhes dediquemos algum tempo, conhecendo-os no seu grande representante: o método histórico-crítico.

Método histórico-crítico

O método histórico-crítico surge na história da exegese bíblica como um esforço científico de reconstruir as condições históricas concretas em que surgiu um texto, com o propósito de entendê-lo e explicá-lo, i.é, de fazer chegar a mensagem do autor à compreensão do leitor. Deste modo, este método tornou-se indispensável para o estudo científico dos textos bíblicos: Palavra de Deus em linguagem humana, composta por autores humanos em todas as partes e em todas as fontes.

Sendo um método ele apresenta-se como um conjunto de técnicas e procedimentos controláveis, transmissíveis, imitáveis e passíveis de aplicar-se várias vezes, permitindo ao exegeta um estudo crítico e objectivo da redacção dos textos.

A designação de histórico emerge não só do facto de estudar os textos antigos e o seu alcance histórico, mas também e sobretudo de ele procurar elucidar os processos históricos de produção dos textos bíblicos, processos diacrónicos algumas vezes muito complexos e de longa duração. Não podemos esquecer que nas suas diferentes etapas de produção, os textos da Bíblia são dirigidos a diversas categorias de ouvintes ou de leitores, que se encontravam em situações de tempo e de espaço diversas.

A dimensão crítica lembra que este método opera com a ajuda de critérios científicos, tão objectivos quanto possível em cada uma das etapas, de modo a tornar acessível ao leitor moderno o sentido dos textos bíblicos, muitas vezes difícil de entender.

Todos são unânimes em considerar que os diferentes elementos que constituem este método de interpretação são muito antigos. Muitos deles foram utilizados pelos comentadores gregos da literatura clássica e, durante o período patrístico, foram praticados por autores como Orígenes, Jerónimo e Agostinho.

Naturalmente que este método era, então, menos elaborado. As actuais formas modernas são um resultado de aperfeiçoamentos contínuos, conseguidos sobretudo desde os humanistas da renascença, pelo seu esforço de *recursus ad fontes*. No século XVII, o método histórico crítico conheceu um impulso significativo com a obra de Richard Simon, que chamou a atenção sobre as divergências no conteúdo e as diferenças de estilo observáveis no Pentateuco, difíceis de conciliar com a atribuição de todo o texto a um único autor, Moisés. No século XVIII, Jean Astruc levanta a hipótese de que Moisés talvez se tenha servido de diferentes fontes, facto que leva a crítica literária a deter-se durante muito tempo num esforço para discernir estas diversas fontes. Foi assim que chegámos ao século XIX e à famosa ‘Hipótese documentária’. Uma hipótese que tenta explicar a redacção do Pentateuco através de quatro documentos que aparecem no texto final como paralelos entre si, mas provenientes de épocas diferentes (JEDP). Em relação ao NT, também a tentativa de explicar as convergências e as divergências constatadas entre os três Evangelhos sinópticos recorreu à ‘hipótese das duas fontes’, segundo a qual os Evangelhos de Mateus e de Lucas teriam sido compostos a partir de duas fontes principais: o Evangelho de Marcos e de uma compilação de palavras de Jesus, denominada de Q (do alemão Quelle/fonte).

Este esforço de distinguir as diferentes fontes limitava este género de crítica literária a um trabalho de cortes e de decomposição, incapaz de dar uma atenção suficiente à estrutura final e à mensagem do texto bíblico, situando o método histórico-crítico como fragmentário e destrutivo. O novo impulso foi dado por H. Gunkel ao procurar definir o género literário de cada um dos textos do AT, nomeadamente dos Salmos e o seu ambiente de origem. Um impulso ao qual se associou o chamado estudo ‘crítico das formas’, inaugurado na exegese dos Evangelhos sinópticos por M. Dibelius e R. Bultmann. A tentativa de colocar em evidência o contributo de cada autor e as orientações teológicas que guiaram o seu

trabalho de redacção, inaugurou aquilo a que veio a chamar-se o estudo ‘crítico da redacção’.

Foi deste modo que se definiram diferentes métodos histórico-críticos ou na opinião de outros as diferentes etapas do método histórico-crítico:

- **crítica textual** ou da transmissão do texto procura, segundo regras determinadas, estabelecer um texto bíblico que seja o mais próximo possível do texto original, delineando a história da transmissão e desenvolvimento do texto bíblico, do qual hoje temos várias formas. Trata-se de uma fase prévia à análise do texto propriamente. A questão que se coloca ao exegeta é que variante escolher como a mais válida: uma tradução qualquer, aquela que foi aprovada pelo magistério, o TM, a LXX ou a Vg; e como resolver na variante escolhida os problemas de ambiguidade.
- **crítica literária** tem como objectivo compreender o texto como um todo coerente. Num primeiro momento, procura delimitar o início, fim e unidade do texto. Normalmente existem expressões que indicam início (Gn 22,1 “Depois destes factos”) outras que indicam a resolução da trama ou da intriga que a narração articulava, trazendo o discurso ao seu repouso natural (Gn 39,23 “...O Senhor fazia com que fosse bem sucedido em tudo o que empreendia”). A presença de certos elementos pode indicar que a narração ou o discurso já iniciou antes (referências pronominais – eles, esses – adverbiais de lugar – aí, lá – de tempo ou de modo – da mesma maneira, por isso), supondo pessoas, lugares, tempo e situações já conhecidas. Além disto, é necessário admitirmos que determinadas técnicas consideradas ‘modernas’ já poderiam existir, por exemplo: iniciar a narração *in media res* e só depois narrar os acontecimentos que conduziram a esse ponto, iniciar pelo fim ou iniciar duas histórias paralelas. O passo seguinte é o de ajuizar a unidade da

narrativa, muitas vezes ameaçada pela presença de repetições, tensões e interrupções no drama ou na construção sintáctica, não explicáveis de imediato, heterogeneidade de géneros literários (Jon 1-3; Livro dos Juizes) e diversidade estilística e de vocabulário significativa (de Gn 2,4 até 3,24 percebe-se uma mudança abrupta de estilo diferente da de Gn 1,1-2,4). Só então pode realizar-se um levantamento das diferentes fontes a partir das quais os redactores finais teriam trabalhado; (*imagem com exemplo*)

- **crítica dos géneros literários** procura descobrir e associar numa mesma categoria os textos que possuem uma forma literária semelhante, o ambiente de origem e traços específicos de evolução (ex: hinos, conto, lenda, biografia, historiografia, crónica, poesia, ficção...). Segundo H. Gunkel, o género literário define-se por três circunstâncias internas: um tema peculiar, uma estrutura, ou forma interna e um conjunto de procedimentos frequentes ou dominantes, aos quais se junta o ambiente em que esse género emergiu e se desenvolveu. Trata-se de uma das primeiras regras hermenêuticas, cujo aplicação permite evitar que se identifique e interprete erradamente a mensagem dos textos (*imagem de várias géneros*);
- **crítica das formas** em vez de se concentrar nas fontes, procura determinar ‘formas’ literárias (pequenas unidades literárias) originais que estão na origem de narrativas mais amplas e complexas. A sua aplicação ao NT levou ao exame das ‘formas literárias’ que serviram de modelo às diversas passagens dos evangelhos sinópticos, na tentativa de preencher o vazio entre o ‘acontecimento da pessoa de Jesus’ e o aparecimento do ‘evangelho escrito’, e encontrar o que se definiria por ‘tradição apostólica’. Num primeiro momento adoptou a designação de ‘história das formas’ porque, uma vez identificada uma forma literária, tentava-se reconstruir e seguir a história da sua evolução no interior de um conjunto

literário mais amplo (ex.: relatos de milagre, parábolas, discursos, hinos... que teriam dado origem a narrações mais amplas). Embora numa primeira fase esta análise se tenha detido num debate importante com a tradição oral, actualmente ela revela uma atenção particular ao texto no seu estado final, à determinação do seu género literário e, no interior de cada texto, aos aspectos linguísticos de um texto, que organiza em cinco âmbitos: fonemático (sons), sintáctico (sufixos, prefixos, preposições e, nos verbos, tempo, modo, pessoa), semântico (lexema e sintagmas), estilístico (figuras de estilo), e estrutural (segmentação e a articulação).

- **crítica da redacção** normalmente investiga a natureza e a história literária do livro ou de um texto. Isto é, descobrir com que finalidade foi inserida tal parábola, narrativa histórica ou popular... em tal contexto? Fica em foco o trabalho do redactor, nomeadamente o modo como as diferentes redacções de uma narrativa foram servindo à intenção geral do redactor final, que emerge como um investigador, compilador, redactor, escritor, teólogo e não apenas um mero compilador de tradições e formas literárias anteriores a ele.
- **crítica das tradições** embora sendo normalmente o último passo é um instrumento muito útil para indagar e entender o fundo cultural, temático e literário, mesmo religioso e teológico no qual se desenvolveu o pensamento de um autor ou a história cultural e religiosa de um grupo humano. Tal como nos expressamos regularmente num determinado género literário, também pensamos falamos e escrevemos a partir de um universo de imagens, motivos e temas, estruturas de pensamento, conhecimentos adquiridos e convenções comuns. É, por isso, normal que nesta etapa a atenção do exegeta se volte para o uso de certas imagens, conhecimentos, concepções, convicções na tentativa de identificar as tradições mais antigas e traçar a sua história (como teria aparecido, os

diferentes usos, tratamentos e interpretações por que passou), desde o tempo em que estas tradições existiam num processo de oralidade.

Deste modo torna-se possível uma compreensão mais clara da intenção dos autores do AT e NT, e da mensagem que eles dirigiram aos seus primeiros destinatários.

Uma experiência no laboratório dos exegetas

Ap 21,1-4 (apresentação em PowerPoint)

O método histórico-crítico em debate (Qualidades e fragilidades)

Penso podermos dizer que, distinguindo rigorosamente aquilo que os textos *dizem* daquilo que *querem dizer*, os métodos histórico-críticos permitem uma leitura e compreensão dos textos bíblicos e da sua mensagem segundo o código ou as convenções literárias usadas pelos seus autores e não segundo os nossos. Esta leitura crítica torna a comunidade dos crentes capaz de captar a tensão dinâmica entre irreal e prodigioso, o histórico e o verificável sem os reduzir a afirmações conceptuais. Uma leitura assim da Bíblia atinge as raízes da compreensão tradicional do cristianismo e é tão indispensável como preciosa para uma teologia dogmática, para a pregação eclesial (evita a fácil moralização de certas passagens bíblicas) e para o magistério da Igreja.

Porém, seria um grande erro investir o método histórico-crítico de um carácter absoluto eximindo-o de uma autocrítica, do qual dependeu, ao longo da história da exegese, o seu enriquecimento e desenvolvimento. Sem deixar de reconhecer o seu esforço positivo por reconstituir as condições históricas em que surgiram os textos, com o objectivo de os entender e de os explicar, temos de

admitir certos limites, que nos últimos tempos têm sido optimamente superados pelos chamados métodos sincrónicos. Um destes limites emerge do pressuposto de que o sentido dos textos está sempre condicionado pela conjuntura em que surgiram, quando é cada vez mais evidente que a força deste condicionamento varia segundo o tipo de texto (ex.: a compreensão dos sentimentos mais elementares como o medo, a alegria... não requer necessariamente um conhecimento das condições históricas em que eles são vividos).

Por outro lado, o processo histórico não é rigorosamente linear, como uma cadeia obrigatória de causas e efeitos (as mesmas circunstâncias históricas podem causar a uns o desafio face ao futuro e a outros um olhar para o passado). Tudo isto leva o exegeta a admitir que, muitas vezes o primeiro passo possa ser o de compreender o sentido do texto e só depois o de tentar encontrar a sua conjuntura histórica, social e religiosa.

A própria fixação na reconstrução histórica do autor e das influências tem o seu valor, mas também alguns limites.

- autor: Se nos perguntarmos se é importante para compreender um texto conhecer o seu autor, a resposta não pode ser universal (existem muitos livros dos quais ainda não temos certezas sobre o seu autor – Pentateuco, Is 40-55, Salmos, Carta aos Hebreus, Apocalipse). Por outro lado, conhecer o autor não implica necessariamente conhecer o seu nome. O que parece ser de facto importante é conhecer o seu contexto histórico e cultural (Livro do Eclesiástico – Ben Sirá, conhecer o seu nome não ajuda muito a compreender a sua mensagem; o mais importante é poder situá-lo numa etapa pacífica entre o édito de Antíoco III (200 a.C.) e a perseguição de Antíoco IV Epifanes (175-163 a.C.), integrando-o nos círculos sapienciais dedicados ao estudo da Lei e da escritura, já constituída como tal, dados que recolhemos de uma compreensão do Livro). Esta é uma das limitações, na maioria dos casos não compreendemos o texto a partir do autor (causa-efeito), porque muitas

vezes só é possível chegar ao seu perfil através de uma compreensão do texto que ele escreveu. Este processo pode formar uma espécie de espiral: podemos chegar do texto a uma imagem parcial do autor, que por sua vez nos ajuda a compreender melhor o texto, compreensão que também nos permite fazer um perfil mais completo do autor. De qualquer modo recordemos sempre que os escritores antigos tinham uma mentalidade diferente da nossa no que se refere à questão do autor. Para eles nunca parece ter existido a questão dos direitos de autor, copiavam, adaptavam sem escrúpulos, utilizando a ficção de autor e a pseudonímia. Por isso, a exegese moderna recomenda que, se possuímos uma informação certa ou muito provável do autor, a usemos também para interpretar o texto. Porém, na maioria dos casos atribuímos a este aspecto uma importância moderada, como o faziam os autores antigos.

- Influências: fixar-se nas influências e dependências que um texto sofreu para o compreender é um outro modo de o explicar por causas-efeitos. Não podemos negar que a identificação de fontes e influências permitiu resultados excelentes no campo da exegese bíblica. Porém, não devemos exagerar. Alguns exegetas recentes comparam as ideias, teologia... que terão influenciados os autores ou redactores finais dos textos a uma espécie de afluentes que entram no caudal da obra e se unem à sua corrente, algumas vezes perdendo o seu sentido original e sendo absorvidos, outras impondo o seu sentido e modificando o curso da corrente (Jb cita Sl 8). A quantidade imensa de citações do AT no NT evidencia uma influência que exegetas do NT conhecem e têm estudado bem. No próprio interior do NT, no que se refere aos evangelhos, eles contam com três versões bem definidas e com uma quarta que lhes permite reconstruir as fontes orais e escritas mais prováveis e definir de uma maneira orgânica aquilo que é próprio de cada evangelho. Um

estudo que se torna mais complexo no âmbito do AT, devido à dificuldade de estabelecer uma cronologia dos textos. De qualquer modo procuram-se influências nas literaturas circundantes: Egípto, Mesopotâmia e Canaan. O erro principal desta espécie de caça às influências e às fontes que o autor terá utilizado ou das quais terá sido influenciado, está em dissolver o texto nos seus afluentes. Isto é, em esquecer o texto e a sua mensagem para fixar-se nas fontes ou influências.

O desafio fica deste modo lançado: a tarefa do exegeta é a de explicar o sentido do texto, e não só a de identificar as suas causas, o seu autor e as suas influências, a fim de que ‘a Palavra de Deus possa tornar-se sempre mais o alimento e fonte de vida, de esperança e de amor para todos os crentes, assim como uma luz para toda a humanidade’ (cf. *Dei Verbum*, 21).

Horizontes novos

No documento da Comissão Pontifícia Bíblica de 1993 sobre a ‘A interpretação da Bíblia na Igreja’, reconhece-se que foram os métodos histórico-críticos, universalmente reconhecidos no mundo da exegese bíblica, que actualmente e juntamente com outros métodos, facilitaram o diálogo ecuménico, influenciaram e contribuíram para uma renovação da teologia, aumentando o interesse pela Bíblia entre os fiéis e favorecendo o progresso da vida cristã.

Não obstante, neste documento reconhece-se existirem inúmeras correntes adversárias que acusam estes métodos de causar a perplexidade e a dúvida sobre muitos aspectos da fé e da tradição, até então admitidos pacificamente, levando os exegetas a tomar posições, por vezes contrárias à fé da Igreja (concepção virginal de Jesus, os milagres...). Nesta linha de pensamento, estes métodos em vez de permitirem um acesso mais fácil e seguro à Palavra de Deus, fazem da Bíblia um

livro fechado, cuja interpretação exige técnicas refinadas, conhecidas apenas por alguns especialistas, a quem aplicam a frase do evangelho: “Tomastes a chave da ciência! Vós mesmos não entrastes e impedistes os que queriam entrar!” (Lc 11,52; Mt 23,13).

Ao evidenciar estas correntes adversárias, a Comissão Pontifícia Bíblica alerta o mundo católico contra as alternativas fáceis e sedutoras de substituir o trabalho moroso do exegeta científico por algumas leituras simplistas, unicamente guiadas pela inspiração pessoal subjectiva. E tenta responder a algumas reservas colocados por exegetas importantes como H. Gunkel que em 1904 afirma: “Através do método histórico-crítico têm sido obtidos resultados significativos para grandes questões, porém não devemos iludir-nos. Quanto mais a ciência desce no aprofundamento dos pequenos detalhes de cada texto, maior é a incerteza dos seus resultados”. Uns anos mais tarde, 1975, F. Dreyfus, um exegeta reconhecido, publica um artigo, cuja importância se vê reflectida, ainda em 1991, num livro de um outro grande exegeta I. De la Potterrie. Neste artigo, Dreyfus coloca em evidência a insatisfação, limites e problemas que a exegese científica estava a produzir em diferentes âmbitos. Porém, enquanto Dreyfus se detém numa distinção entre uma exegese com uma finalidade exclusivamente científica (académica) e uma exegese, também científica, mas mais estreitamente ligada à vida da Igreja, uma exegese que podemos chamar de ‘pastoral’, J. Razingger vai mais longe afirmando que a fé não é um elemento constitutivo do método histórico-crítico, que não pode ir além do ‘propriamente histórico... A fé emerge de uma espécie de filosofia de vida que cada um, a partir de si mesmo, procura encontrar’.

Na base deste debate esteve uma distinção muito marcada entre a Bíblia como palavra humana e como Palavra de Deus, entre aquilo que Deus quis comunicar com as palavras do autor bíblico e aquilo que o autor bíblico quis dizer. Mas se a Palavra de Deus não está na palavra humana de que serve a Escritura?

O impasse criado levou:

- I. de la Potterie a propor um duplo esforço de compreensão: um esforço necessário a qualquer texto de literatura ou de história, e um outro que procure compreender a Escritura enquanto Palavra e Revelação de Deus.
- - E o cardeal Razingar a afirmar como necessária: uma nova reflexão de fundo sobre os métodos de exegese, que tenha em linha de conta os pressupostos filosóficos teológicos de cada método e seja capaz de os explicitar; e uma nova clarificação dos limites e as possibilidades, tornando a sua aplicação capaz de distinção entre hipóteses fecundas e estéreis; e finalmente a inserção do intérprete da Escritura *na história* (i.é. compreender que a Bíblia não é um livro caído do céu, mas o testemunho inspirado e colocado por escrito na história de um povo e de uma comunidade crente com Deus), *na sociedade* (i.é. aquele que lê ou interpreta na se detém na interpretação da Bíblia mas orienta-se verso uma interpretação do mundo à luz da Bíblia e da fé), *na teologia e na Igreja* (i.é. assume a teologia e a fé da Igreja como o lugar natural e fecundante da compreensão da Escritura).

Talvez por isso, actualmente os exegetas, mais do que debater questões de metodologia, estejam envolvidos numa renovação e numa justa avaliação capaz de dizer qual o contributo válido de cada um dos métodos para uma interpretação legítima da Escritura.

BIBLIOGRAFIA

- De la POTTERIE, I., *L' esegesi cristiana oggi*, Casale Monferrato 1991.
- DREYUFUS, F., "Exégèse en Sorbonne, exégèse en Église", in *RB* 82 (1975) 321-359.
- SIMIAN-YOFRE, H. (ed.), *Metodologia dell' Antico Testamento*, Bologna 1994.
- COMISSÃO PONTIFÍCIA BÍBLICA, *A interpretação da Bíblia na Igreja*, Lisboa 1993.
- ALONSO SCHÖKEL, L., *Hermenéutica de la Palabra*. II: Interpretación literaria de textos bíblicos, Madrid 1987.
- ALONSO SCHÖKEL, L., *La Palabra inspirada*, Barcelona 1966
- ALONSO SCHÖKEL, L. - J.M. BRAVO, *Apuntes de hermenéutica*, Madrid 1994.
- ARTOLA, A.M. - J.M. SÁNCHEZ CARO, *Biblia y Palabra de Dios. Introducción al estudio de la Biblia*, Estella 1992.
- BARR, J., *The Bible in the Modern World*, Philadelphia 1990.
- BARTON, J., *Reading the Old Testament. Method in Biblical Study*, London 1984.
- BEAUCHAMP, P., "Esegesi oggi: storia e grammatica", *Lecture attuali della Bibbia* (P. BEAUCHAMP et alii) Brescia 1979, 135-160.
- BEAUDE, P.-M., "Exégèse contemporaine et sens de la Bible", *Naissance de la méthode critique*. Colloque du centenaire de l'École biblique et archéologique française de Jérusalem, Paris 1992, 245-253.
- SIMIAN-YOFRE, H., "Diacronia: I metodi storico-critici", *Metodologia dell' Antico Testamento* (a cura di H. SIMIAN-YOFRE) Bologna 1995, 79-119.
- DE MOOR, J.C., *Synchronic or Diachronic? A Debate on Method in Old Testament Exegesis*, Leiden 1995.
- BARR, J., "The Synchronic, the Diachronic and the Historical: a Triangular Relationship? ", in *Synchronic or Diachronic? A Debate on Method in Old Testament Exegesis*, J.C. de MOOR (ed.), Leiden 1995.